

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

A LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO É TAMBÉM UMA LUTA ANTIMILITARISTA

**— OS GOVERNANTES REFORÇAM A HIERARQUIA MILITAR
— A SITUAÇÃO EM MAFRA**

Ao mesmo tempo que os jovens oficiais democratas, enganando-se a si próprios e enganando os outros acerca do papel que desempenham, percorrem o Norte do País em campanhas de politização democrática nos quartéis, os seus camaradas que tentam proceder de acordo com as mesmas ilusões democráticas que divulgam e que põem minimamente em questão a «disciplina livremente consentida» ou a «hierarquia das competências», são presos e castigados. Para os soldados a disciplina tem que ser ainda mais rígida. «O Exército é o corpo da Nação». «O Exército é o espelho da Nação» e a Nação espelha o Exército que tem. A medida que a soldadesca indisciplinada, inculta, malcriada

e grosseira tenta organizar-se e manifesta a sua aversão à disciplina militar e está-se nas tintas para todas as explicações por mais democráticas e realistas que sejam, redobra o rigor na exigência do cumprimento da disciplina.

Os limites à solução dos problemas que se vão agravando estiveram sempre bem presentes em todo o processo democrático desde o 25 de Abril. Só o espectáculo de todos os políticos que subitamente apareceram à luz do dia completando-se nas disputas que travam entre si pode iludir esses limites.

Quando a polícia redobra os esforços na repressão ao banditismo não o faz para defender os restos do fascismo: isso é o que

faz aparentemente; na realidade, são os partidos democráticos os primeiros que reclamam o policiamento das ruas e protestam por ele não ser eficiente. Quando a polícia carrega sobre manifestantes em frente da Penitenciária onde estão presos os pides, ela não o faz para defender o fascismo; aí também para além das aparências, carregando sobre democratas, ela defende a «ordem democrática». Quando Vitor Bernardes é assassinado no Rossio e os partidos democráticos pedem o castigo dos responsáveis eles cumprem a sua função: completam a mistificação democrática. Mas por mais paradoxal que pareça, foi em defesa da democracia que a polícia

(Continua na pág. 4)

Dos Cadetes do 1.º Ciclo do Curso de Oficiais Milicianos à População e aos Militares dos Três Ramos das Forças Armadas

Os 400 cadetes do 1.º ciclo do Curso de Oficiais Milicianos, em instrução na Escola Prática de Infantaria em Mafra estão na eminência de passar na sua totalidade AO CONTINGENTE GERAL.

Porquê?

A prisão de dois aspirantes e seis soldados acusados de promoverem uma reunião fora do quartel para conjuntamente com outros camaradas discutirem o filme «O COURAÇADO POTEMKINE» na sequência da qual foi elaborado um documento em que se continham as aspirações mais sentidas pelos soldados e posteriormente apresentadas ao segundo comandante da escola, foi apenas o rebenotar de uma crise que há muito a tensa situação dentro do quartel fazia adivinhar.

Com efeito os cadetes do 1.º ciclo desde o início que ofereciam resistência das mais variadas formas a uma instrução totalmente dirigida para uma guerra de agressão nas colónias onde abundavam expressões e actos totalmente contrários ao processo de descolonização em curso e que não podiam deixar de chocar a grande massa dos instruídos; a negação sistemática ao direito de reunião, de debate livre e colec-

tivo dos nossos problemas, a invocação constante de um regulamento totalmente contrário ao novo espírito disciplinar que se quer ver aplicado e que o jornal «MOVIMENTO» tem propagandeado, não podia deixar de provocar uma acumulação progressiva de descontentamento tanto mais acentuado quanto frequentes têm sido as declarações dos sectores progressistas das Forças Armadas a este respeito; as «conversas em família» do comandante em que se expunham ideias contrárias ao programa do MFA («o exército é apolítico», «as ideias ficam no cabide da entrada», etc.) mostravam-nos que as forças reaccionárias bem localizadas na escola procuravam ganhar força e que só esperitavam uma nova oportunidade para intervir e conseguirem aquilo a que se tinham lançado no 28 de Setembro.

Estes factos culminaram com palestras para os soldados em que se lançava uma completa desconfiança sobre o processo de democratização em curso com expressões do tipo: «isto vai muito mal, estamos no caos», «eu já tenho medo de falar porque todos mandam», etc.

A prisão injusta dos nossos camaradas fez-nos reagir. Os acontecimentos de segunda-feira (2-12) não passaram de uma resposta justa, às prepotências que se vinham cometendo. Recusámos almoçar e não continuaríamos em

instrução sem a presença de um elemento da Comissão Coordenadora do MFA com vista a esclarecer o que se passava em Mafra. Actuámos conjuntamente (nem um furo se verificou) pois independentemente das nossas divergências ideológicas, independentemente dos partidos com que simpatizamos ou em que nos filiámos, a hora era de actuarmos em defesa do programa do MFA.

Neste sentido não compreendemos quaisquer argumentos que visem condenar a nossa luta no momento em que dentro e fora dos quartéis há uma ascensão generalizada da reacção fascista que provoca e ataca.

A nossa luta que se desenrola desde o começo da instrução em Outubro não parou, antes se intensificou e por isso continuará até alcançarmos os objectivos a que nos propusémos:

**LIBERTAÇÃO IMEDIATA DOS CAMARADAS PRESOS!
SANEAMENTO DOS COMANDOS FASCISTAS DA UNIDADE!**

A NOSSA REINTEGRAÇÃO NO 1.º CICLO C. O. M.

LIBERDADE DE REUNIÃO E ASSOCIAÇÃO NO EXERCÍCIO E EM PARTICULAR NA E. P. I.

Os 400 cadetes do 1.º Ciclo de Mafra

HÁ QUATRO ANOS, NA POLÓNIA

— OS 74 DIAS DO PROLETARIADO POLACO

**— A CLASSE OPERÁRIA ATACA
O CAPITALISMO DE ESTADO**

(A LER NO PRÓXIMO NÚMERO)

NESTE NÚMERO:

LUTAS NOS BAIRROS—P. 2

GREVE EM SANTO-TIRSO—P. 5

EXPLORADOS NO TRABALHO - EXPLORADOS FORA DO TRABALHO

LUTA NOS BAIRROS

SUBALUGA - DEPOIMENTOS DE MORADORES

Aqui são 14 famílias. Aliás todas elas têm filhos, crianças e há coisa de três meses isto começou. Está um perigo muito grande a instalação da luz e da água. Esta senhora tem aqui uma cozinha, por diversas vezes chamou a Subaluga para ela a arranjar porque há o perigo de os canos rebentarem e estragar tudo. Ela nunca quis saber. «Componham vocês, componham vocês, vocês é que estão dentro da casa». Mas a verdade é que ela ao fim do mês não vinha receber e não queria descontos das obras.

Até que uma altura, aqui há coisa de dois meses realmente fez-se ali um buraco e a água começou a cair para uma cozinha de uma outra senhora de baixo. A água era imensa, tinha que se andar a varrer à vassoura. Chamou-se a Subaluga por quatro vezes. Ela recusou-se a vir, «que não vinha cá». Claro, nós tivemos que nos mexer. Cortámos a água mas não podíamos ficar sem água porque éramos 15 famílias, não iam lá abaixo ao fontanário buscar a água! Entretanto fechou-se a água até que essa senhora que morava em baixo chegasse, pois na altura não estava. Ela à noite chegou, viu que tinha tudo estragado: uma máquina de costura, frigorífico, diversas coisas. Claro, fez barulho!

A gente disse a ela sozinha para falar com o senhorio. E ela foi lá e também se recusou a vir, nem com ela veio. Também era inquilina, mas era muito amiga da Subaluga, portanto dificilmente

estava pelo nosso lado. Foi lá e veio com esta conversa «A senhoria disse para fecharem a água, que amanhã resolve o problema». Ora sozinhos, compreende, nós não vamos fechar a água, prejudicar 14 caseiros por sua causa, você é que tem que se mexer, ela é que tem que vir arranjar.

Ela foi lá. Claro, não adiantou nada, que ela não veio. Entretanto à noite a senhora chegou, ligou a luz, que já era escuro. Enquanto ela foi a casa da Subaluga deixou aquilo aberto. Andava um grupo de crianças a brincar aqui no corredor, inclusivé esta pequena, e por coincidência olharam para o tecto e os fios estavam a fazer fásca, curto-circuito. As crianças começaram a gritar porque já vinha da cozinha para o corredor e do corredor para baixo, até que o marido desta senhora desceu a correr, foi por um bocadinho, foi ao quadro, desligou a luz e ficámos a ver o que é que isto dava.

Entretanto chamaram-se os bombeiros. Os bombeiros vieram aqui, disseram que não se podia ligar a luz, que estava num perigo muito grande, uma vez que os fios estavam todos molhados. Para chamarmos a Subaluga para ela resolver o problema.

Foram lá novamente à Subaluga e ela não veio nem com os bombeiros. Entretanto chamou-se a polícia e a polícia disse: «Nós não podemos obrigá-la a vir aqui. Se ela quiser vir vem, se não quiser não vem».

Alguém tem que se mexer. Nós é que não podemos ficar aqui todos sem luz,

com crianças e sem água. Porque essa senhora que mora lá em baixo com o marido dela, que não é marido, o homem que ela tem, telefona para a Companhia sem ninguém saber e vieram fechar a água. Ficámos sem luz e sem água. Entretanto os da Companhia fecharam a água e nem nos avisaram. Ficámos uma noite inteira sem água dentro de casa, sem luz e a polícia foi. Esteve que estar desligada até ao outro dia. Ao outro dia mandou o picheleiro.

O picheleiro chegou e disse a esta senhora: «A senhoria disse para vir aqui tirar a bacia, portanto o lavatório. Ela quando tirou o lavatório, vem o carpinteiro, faz o que tem a fazer e vocês colocam o lavatório e acabou-se. Eles foram para lá e ela só deu ordens para tirar o lavatório, não deixou, claro, a água continuou a cair lá em baixo e ela nunca apareceu, nunca quis saber.

Entretanto nós começámos a mexer por outro lado. A luz esteve desligada uma semana até os fios secarem. Entretanto o meu marido que está na tropa veio cá. Ele e o marido desta senhora e todos os senhores cá da casa tentaram ligar a luz a ver se não havia perigo. Ligou-se a luz passada uma semana, já estavam os fios todos secos, já não caía água. Arranjou-se aquilo da melhor maneira de a água não cair, puseram-se uns sacos de plástico e umas coisas e ligou-se a luz e até agora não houve problemas de maior.

Entretanto fomos ao Fundo de Fomento da Habitação contar o problema. Imediatamente deixámos de pagar. O mês de Setembro não se pagou, quer dizer: uns o mês de Agosto, outros o de Setembro, não se pagou até eles fazerem as obras. Fomos ao Fundo de Fomento da Habitação, informá-los e eles disseram até ver não pagássemos a ver o que ela fazia. Conclusão: ao fim de um mês e tal começavam a aparecer os papelinhos do tribunal para as acções de despejo. Vieram logo três.

Uma senhora que é a mãe desta pequena, que tem oito filhos, que mora numa casa que não tem um bocadinho de claridade, que mora lá num barracão, mas infelizmente tinha que estar ali porque não ia para a rua, foi a primeira. Fomos lá ao tribunal e ela cotada, não quis assinar nada. Mas a verdade é que lá os senhores do tribunal encarregaram-se de pôr a assinatura dela em como tinham sido das que assinaram. Marcaram a acção de despejo que está marcada para mais ou menos duas semanas. Ela não assinou mas lá alguém se encarregou de assinar por ela, embora a mulherzinha não dissesse nada e o processo continuou a correr. Ela não sabe escrever nem o marido, mas assinaram lá no tribunal. Ela não sabe ler nem escrever, mas sabe assinar! Ela não quis assinar...

O que é certo é que ela não assinou, mas as acções de despejo estão a correr, porque a deles está marcada para daqui a duas semanas. Enfim, temos vindo a receber todas nós, umas hoje, outras amanhã... Porque ela é tão má, tão má, que não juntou todos para não armar grande barulho. Pôs um em cada secção, para no caso de nós querermos contestar a acção de despejo, estarmos todos a gastar cada um o seu dinheiro, porque se fossem todos metia-se um advogado para todos e defendiamos-nos. Agora está a ver: são 14 famílias a meter um advogado cada uma, não podemos. Ninguém pode.

Entretanto estamos a ver o que é que isto dá. Fomos ao Fundo de Fomento da Habitação e eles disseram-nos que deixássemos andar.

Entretanto veio a notícia nos jornais «Comércio», «Janeiros», «Notícias». Ela ainda mais furiosa ficou conosco e desde aí é que ela disse que não aceitava dinheiro de ninguém, queria tudo cá fora, uma vez que o escândalo foi muito grande, queria a casa vazia para fazer uma hospedaria. Depois de saírem os inquilinos todos, não se importaria de gastar 300 contos na casa para os fins que ela quer. Mas enquanto aqui estivéssemos não fazia obras nenhuma.

Fomos para a Câmara. Lá não nos resolveram o problema. Disseram que isso não era com eles. Fomos para o governador civil do Porto que apenas disse para termos paciência e nos mandou para a Intendência. Na Intendência disseram-nos que ela está legal e

que embora ela diga que ganha neste prédio 4 e meio e ganha 13 e meio, não é especulação.

O presidente da Câmara disse que não podia fazer nada e mandou-nos para uma outra secção. Ai houve uma discussão porque o sr. mandou ter paciência e calma.

O governador civil mandou ter paciência; o presidente da Câmara mandou-nos ter calma. Assim como é que vamos resolver o problema?

Entretanto conseguimos saber por intermédio do Fundo de Fomento da Habitação, o nome do senhorio e a morada. Juntaram-se 4 inquilinos que foram falar directamente com ele, para saber se ele queria passar o prédio para nós e acabar com a subaluga.

Ele ficou a pensar no problema. E estamos neste pé, a ver o que o senhorio vai resolver.

COMB. — Há uma casa que eu não sei quantos quartos tem, onde vivem 15 famílias. Uma casa por muito grande que seja, para lá viverem 15 famílias é porque as pessoas necessitam. É porque as pessoas não têm dinheiro para viverem numa casa só. Todos trabalham. Podiam-me dizer as profissões?

INQ. — Eu sou operário fabril na fábrica «Monteiro Ribas» — fábrica de cortumes na Circunvalação. Todos são trabalhadores e alguns são reformados. E há 3 ou 4 que só têm o dinheiro da reforma e que estavam a pagar uma renda elevada — 700 e tal escudos. A partir de Setembro deixámos de pagar o aluguer, não foi por ser caro, foi por a casa estar num estado deplorável, porque a subaluga nunca fez obras aqui dentro.

Inclusivamente, o único quarto de banho que existia no prédio por cento e tal pessoas, ela resolveu fechá-lo, pôr um tapamento e transformá-lo num quarto que está a ser habitado por uma velhinha, lá em baixo, que nem sequer espaço tem para pôr a cama. Dorme no chão.

De maneira que acontece que a casa não tem quarto de banho. Quem se quiser lavar tem que ir aos banheiros da Câmara, porque, em todo o prédio não há um único quarto de banho.

As leis do arrendamento dizem: «Quando os inquilinos vivem num prédio e o contrato é feito directamente com o senhorio, o senhorio é responsável pelas obras exteriores e os inquilinos são responsáveis pelas obras interiores. Quando os inquilinos não têm um contrato directo com o senhorio, mas com uma subaluga, já então passa a ser a subaluga a responsável pelas obras interiores». Como ela se recusa a fazer obras, não a partir de Setembro tomámos a iniciativa de deixar de pagar o aluguer. Ela por sua vez resolveu mover uma acção judicial contra todos no tribunal Civil do Porto. Mas para que nós não fôssemos uma força, em conjunto contra ela, o que é que ela fez? Espetou cada um numa vara diferente.

Resultado: Cada um que queira contestar a acção tem 5 dias, senão sofre a respectiva ordem de despejo. E o que é que é preciso para contestar a acção?

1.º Um depósito inicial no tribunal de 500 escudos.

2.º O contestar da acção não pode ser feito pela pessoa lesada, tem que ser através de um advogado, que leva logo 1000 a 1500 escudos no princípio.

Um indivíduo andava um mês à doida a trabalhar para o advogado. Não pode ser! E o tal problema que eu digo que existe em Portugal e que está errado: é o do pobre, o indivíduo que monetariamente não pode ter acesso aos tribunais, porque não tem capital para reclamar a sua justiça. Assim, a lei nunca está a praticar justiça. E a justiça nunca está a ser aquilo que devia: ser igual para todos.

COMB. — Eu penso disso, que se a lei fosse feita por vocês seria no vosso interesse e ela não é feita por vocês, mas por outras pessoas.

INQ. — Eu não digo que ela fosse feita por nós. Eu queria simplesmente que as coisas se passassem de maneira diferente. Que não fosse preciso ter dinheiro, preencher papéis, ter advogados. Que só fosse preciso apresentar os

seus direitos, as suas testemunhas e depois no dia do julgamento estar-se frente a frente com aquele que se queixou e o juiz faz justiça, a lei fica justa.

Mas aqui as coisas não são assim. Um pobre não tem dinheiro, não tem tempo disponível, porque agora acontece um 2.º problema grave. Um indivíduo pede um dia de folga aos patrões, a seguir pede outro e os patrões agora estão todos à espera da mais pequena oportunidade para pôr um indivíduo na rua. Começam logo a dizer que não têm culpa dos nossos problemas particulares, que se começamos a sair muitas vezes estamos sujeitos a ir para o olho da rua. Agora pergunto eu: Qual é a possibilidade que um pobre ou um operário que não tem dinheiro para pagar ao advogado e não tem tempo para andar em tribunais, que possibilidades tem para fazer frente a um poder capitalista? Há um indivíduo que vai para um tribunal, que a causa dele não é justa, mas que através do seu poder de capital e dos seus advogados vai concretizar acabar por vencer a acção e isso acaba por não ser justiça.

COMB. — Aquilo que eu gostava de perguntar é o seguinte: Vocês são uns 15 inquilinos e vocês agem sempre todos juntos? Como é que fazem?

INQ. — Todos resolvem. Ora vamos por partes. A coisa está a ser feita e orientada por um sr. que é estudante das Belas-Artes e que está ligado ao Fundo de Fomento da Habitação. Através dos passos que ele anda a dar e através do Fundo de Fomento da Habitação anda a tentar evitar a ordem de despejo e a tentar que o senhorio tire a casa à subaluga e passe a fazer o contrato directamente conosco.

COMB. — Mas se esse sr. não consegue, através das burocracias todas, evitar a acção de despejo, se a ordem de despejo vier mesmo, o que é que os sr. pensam fazer?

INQ. — Bom, o que nós pensamos fazer é o seguinte: Se através do Fundo de Fomento da Habitação e através de todas essas vias não conseguirmos resolver o nosso problema, vamos fazer aquilo que eu já disse ao sr. governador civil do Porto e que já foi feito ali na rua de Camões.

Formamos barricadas no prédio e entretanto já pusémos a cidade do Porto alerta, através de panfletos que distribuímos, principalmente nas zonas mais populares e onde têm os mesmos problemas. As zonas ribeirinhas, S. Vitor e tudo isso. A imprensa, alguma da imprensa, nomeadamente o «Comércio do Porto», publicará logo no jornal, chamará a atenção do povo no dia da primeira ordem de despejo. Parece que também há uma promessa na RTP e assim teremos aí as massas todas. Nesse dia nós recorreremos a todos os meios para fazer face às autoridades, inclusivamente à violência, se é preciso. As portas das dependências fechadas e nós todos nos corredores e nas portas à espera deles. O primeiro, traga ele farda de guarda republicana, traga farda da polícia, traga farda do exército, o primeiro que tentar pôr a mão ao fecho de uma das portas qualquer, tomba logo. Isso é que sim!

Mas para a rua é que não vai ninguém! Até que o tribunal se decida a receber as duas partes para resolver: nós e a subaluga.

Houve há dias uma reunião nas Belas-Artes em que os advogados e arquitectos do Fundo de Fomento da Habitação estiveram a tratar o problema das ilhas de S. Vitor. Nós aproveitámos nessa noite, eu aproveitei para, nos microfones da reunião, chamar a atenção do povo, para o nosso problema. Que estávamos sujeitos a uma ordem de despejo por não termos posses para recorrer à acção e no caso de essas ordens de despejo se fizerem que pedíamos a adesão das pessoas, para no dia da primeira ordem virem aqui para fazer frente a qualquer autoridade.

Aliás já evitámos uma ordem de despejo. A semana passada houve uma ordem de despejo contra um velhinho que mora sozinho num quarto. É um trabalhador que está desempregado e que tinha de pagar 700 escudos de renda à subaluga. E só pagou 350. Quando co-

(Continua na pág. 7)

COMUNICADO DOS OCUPANTES DO BAIRRO DE CHELAS

Foram há cerca de um mês ocupados alguns prédios do bairro de Chelas por pessoas que saíram dos bairros de lata.

Diz o senhor Duarte, um dos muitos ocupantes das casas do bairro de Chelas:

«— Eu morava na Quinta do Marquês de Abrantes, numa barraca. Tive um filho. Ele não cabia no quarto porque este era muito pequeno. Estive a morar noutra barraca que o meu primo me deu, mas a polícia foi lá e deitou a barraca abaixo partindo-me a mobília toda.

Não consegui compreender porque tanta injustiça, foi com o meu primo tentar dizer isto para o jornal para que fosse divulgado. Eles (a polícia) souberam disto e ameaçaram-nos de ir para a prisão.

Isto passou-se pouco antes do 25 de Abril.

Quando fiquei sem a barraca estive 3 dias a dormir na rua, mais a minha mulher e a criança.

Uma senhora da calçada do Duque de Lafões soube da nossa situação e deu-nos um quarto, onde não existia sítio para deitar o miúdo e por isso deitámo-lo numa arca aos pés da nossa cama.

Se não fosse a miúdnha, minha segunda filha, ter morrido, não teríamos onde viver. Não tínhamos nenhuma condições de higiene.

Agora, finalmente, e já desesperado de não encontrar casa, resolvi vir para aqui levado pela necessidade de ter um sítio onde pudesse viver.»

«As pessoas começaram a ocupar os bairros desde há um mês para cá — diz-nos o senhor Rodrigues, delegado da comissão dos ocupantes do bairro de Chelas — o trabalhador anda a trabalhar e tem o direito às casas. Os polícias não fazem nada pelos trabalhadores e estão ao lado do governo. Se o governo diz que é do povo tem que estar do lado dos trabalhadores.

Nós aqui no bairro de Chelas queremos acabar com o capitalismo.

O governo é que diz que é pelos trabalhadores; vamos ver agora se é ou não pelos trabalhadores.

Se nós somos pobres é a nós que nos devem dar as casas e não aos ricos.

Se as rendas fossem acessíveis eu ia para uma casa, mas o governo mexeu nas rendas e, ainda as pôs piores.

No dia 22 fui falar com o presidente do Fundo de Fomento da Habitação e ele não me atendeu. Um fiscal do Fundo de Fomento da Habitação prometeu que me levava ao Fundo de Fomento dia 25 do mês passado para tratar destes problemas. No domingo foi lá a casa e negou-se a fazer o prometido. Disse que tínhamos de sair, que nos punha na rua de qualquer maneira.

Alguns dos trabalhadores destas obras ocuparam também as casas e apoiaram-nos completamente.

Os ocupantes não estorvam nada os trabalhadores das obras, mas pararam de trabalhar por ordem do patrão, que é o Galvão de Melo

É NECESSÁRIO QUE AS PESSOAS APOIEM A LUTA DE TODOS OS OCUPANTES TRABALHADORES!

QUEREMOS QUE ESTA OCUPAÇÃO SEJA DIVULGADA E QUE SIRVA DE EXEMPLO A TODOS OS TRABALHADORES!

QUEREMOS TAMBÉM QUE A NOSSA PROPOSTA DE O POVO SAIR DAS CASAS COM A GARANTIA DE LHE DAREM UMA CASA SEJA CONCEDIDA!»

Um grupo de ocupantes do bairro de Chelas

EDITORIAL

São raras as notícias sobre o que se passa em Angola e Moçambique, para não falar nas outras colónias (Macau, São Tomé e Príncipe, Timor), bem como sobre a evolução da República da Guiné-Bissau após a independência política total. São quase tão escassas como antes do golpe de Estado do 25 de Abril, o que mostra, entre outras coisas, o processo de descolonização política a passar-se, de um lado e do outro, nos corredores. Há, no entanto, um aspecto que, pela sua importância, transparece em todas as notícias sobre esses territórios, especialmente em Angola, se não constitui até, por vezes, o seu tema único — o banditismo.

Bandidos armados, roubando, matando e violando — eis o quadro dantesco em que se pintam, com cores de caos e terror, os acontecimentos de Angola. Os bandidos, está claro, são negros, e são manobrados por reaccionários, os quais são sobretudo brancos. Nesta distribuição da pigmentação de pele feita pelo jornalista usual ou pelo político metropolitano todos «de esquerdas», já se vê, e mesmo de «esquerdas socialistas»... — vai muito de racismo. A uns, os negros, a actividade bárbara e inconsciente. A outros, os brancos, pequenos geitos de mão nos cordelinhos com que manobram os primeiros — e lá vai a História vivendo ao sabor desta edição actualizada da relação do senhor com o escravo, que passa a ser a relação do esperto (branco) com o ingénua (negro). (*)

Mas vejamos qual é o verdadeiro significado do «banditismo».

Em todas as sociedades onde exista opressão e exploração desenvolvem-se lutas contra essa opressão e contra essa exploração. Podem ser lutas colectivas (revoltas, se menos organizadas; revoluções, se mais organizadas e generalizadas). Mas existem também, constantemente, formas individuais de luta, em que pessoas particulares procuram ultrapassar os limites repressivos em que as inserem, quer enquanto exploradas (e é o roubo), quer enquanto oprimidas política e burocraticamente (e é a fraude administrativa), quer enquanto sexualmente oprimidas (e é a violação, etc.). Só que, quando existem formas colectivas de luta dos explorados e dos oprimidos, se contróem, na prática dessa luta, os fundamentos da nova sociedade. E, quando essa luta é puramente individual, ascendem nos quadros da sociedade existente e acabam assim por reforçá-la. Se são milhões de proletários a roubar a propriedade dos capitalistas, passando a possuí-la colectivamente, eles estão a construir o comunismo. Mas se é um só explorado que rouba a propriedade de um capitalista, ele não pode senão substituí-lo enquanto capitalista; muda o homem, mantém-se a função que foi, assim, reforçada.

Aqui se insere o problema do «banditismo» em Angola.

É que em Angola o «banditismo» ultrapassa, e de muito longe, qualquer taxa usual de banditismo, isto é, repetimos, de luta individual contra a exploração e a opressão. Em Angola o «banditismo» generaliza-se, alarga-se aos campos e às cidades, envolve muitas dezenas de milhares de homens. E, pela sua própria generalização, começa a deixar de ser banditismo, quer dizer, começa a deixar de ser uma luta puramente individual. Mas, por outro lado, os bandidos não se organizam ainda entre eles, e é este o ponto em que a situação se assemelha ao banditismo clássico.

Em Angola, a aurora da libertação política iluminou muita coisa. Iluminou, por exemplo, a posição declaradamente reaccionária dos três movimentos de libertação ou, pelo menos, das suas direcções. Que a UNITA está ligada aos interesses dos roceiros e capitalistas portugueses, já se sabe. Que a FNLA é um agente do imperialismo americano e do sub-imperialismo zairense, e quer expropriar os roceiros portugueses para os substituir por roceiros angolanos e zairenses, é também visível. Mas o MPLA (e não é da facção Chipenda, declaradamente ligada ao colonialismo português, que estamos a falar, mas da própria direcção Agostinho Neto), o MPLA é quem, neste momento, organiza nos bairros negros o serviço de policiamento contra o «banditismo». Não se trata de «auto-defesa» das populações desses bairros, como demagogicamente a querem apresentar, porque a população não elege os seus defensores, não tem qualquer controlo sobre o processo, nem se auto-coisa nenhuma. É o MPLA que envia para os bairros negros os seus destacamentos armados e aí os impõe. É a nova polícia, querida e acarinhada por aqueles que têm algo a perder. Odiada sem dúvida pelos que nada podem perder, e que têm tudo a ganhar.

É que o MPLA — como, aqui, os partidos reformistas da coligação governamental — pretende também distinguir entre as lutas que os trabalhadores organizam, considerando umas justas e outras injustas, reaccionárias, «manobradas» claro está! Escrevem: «No entanto, só devem ser desencadeadas greves desde que vão de encontro às aspirações da classe operária. Todos sabemos que os patrões podem desencadear greves servindo-se de elementos oportunistas (...)» (Luta Operária, MPLA, n.º 1,

(*) Mas o racismo não é mais do que uma forma transformada da opressão de classe. Quando é em Portugal, são os operários os ingénua que se deixam enganar pelos astutos patrões e não sabem por isso conduzir sozinho as suas lutas — donde, dizem os nossos burocratas «de esquerda», a necessidade de essas lutas serem tuteladas por um partido. E donde, dizemos nós, se são os partidos, e não os operários directamente a conduzirem essas lutas, tais partidos transformam-se em novos patrões. Que é o que acontece.

Novembro de 1974, p. 3). E nem se salvam (id., p. 4) as inevitáveis referências ao «caos económico». Na verdade, camaradas, onde há greves é porque há explorados em luta e, se são explorados, as suas lutas podem ser mais ou menos bem organizadas, podem ir mais ou menos longe, mas são sempre justas. Não é o ministro do Trabalho, nem o seu secretário, nem o ministro sem pasta adjunto ao ministro do Trabalho, nem Intersindicais nem partidos — nem, em Angola, o MPLA ou o ministro Melo Antunes — que decidem da justiça de uma luta. São os trabalhadores quem decide se essa luta é justa, quando a sancionam por maioria. E, quando há uma greve, é porque a maioria da classe nesse sector se decidiu por essa luta. Não há, pois, que perguntar se ela é justa. A sua justiça já está provada pelo próprio facto da sua existência.

Mas o MPLA pretende controlar as lutas e medi-las pela bitola pessoal dos seus dirigentes de cúpula, assim como pretende convencer os trabalhadores de que não é «nesta etapa» mas sim «noutra etapa» que se torna necessário expropriar os roceiros portugueses. Por enquanto, greves sob tutela e roceiros portugueses continuando a explorar. E então os explorados africanos perguntam: «Mas é isto a independência?» Mas é isto o MPLA? E, onde os partidos não expropriam, expropriam eles. É isto o que os reaccionários brancos e negros, velhos exploradores e candidatos a novos exploradores, chamam — o banditismo.

O «banditismo» em Angola não é mais do que a tomada de consciência pela generalidade dos explorados e dos oprimidos da traição aos seus interesses em que incorrem todos os movimentos de libertação. Em Setembro, analisando a mudança de orientação na política colonial proclamada por Spínola num célebre discurso, escrevíamos na Adenda ao nosso Manifesto (n.º 6 do Combate): «Após o 25 de Abril, os dois principais interlocutores em Angola e em Moçambique eram a grande finança neo-colonial e os movimentos de libertação. O desenvolvimento da luta de classes, com as grandes greves de Moçambique e a grande luta urbana de Luanda, deixou frente a frente os trabalhadores africanos, conduzidos pelo operariado, e os colonos mais racistas e retrógrados. Assim, a situação não mudou somente para a Junta de Salvação Nacional e para a sua política neo-colonialista [em virtude da acção dos pequenos e médios colonos, que ultrapassavam à direita a grande finança e a Junta]. Mudou também para os movimentos de libertação. (...) Eram também os movimentos de libertação que se viam ultrapassados, à esquerda, pelas massas operárias que desenvolviam autonomamente o seu combate em luta anti-capitalista». O «banditismo» é a continuação, o desenvolvimento dessa luta autónoma dos trabalhadores. As greves e o «banditismo» constituem, pois, a frente de luta dos explorados e dos oprimidos em Angola.

Que se percam as ilusões. Nenhum partido conseguirá convencer os explorados, somente através da propaganda ideológica, a adiar, por um dia que seja, a luta contra a exploração e a opressão. Se, por vezes, tentam fazê-lo através de meios exclusivamente ideológicos, é porque lhes falta a força para empregar outras armas mais eficazes. Todos aqueles partidos que pretendem escalonar a luta contra o Estado e o capital através das etapas de sábios programas, saídos de sábios cérebros de sábios dirigentes — em breve se converterão em novas polícias. Por detrás de cada um desses «programas políticos» há um cassete que desponta.

Ninguém poderá convencer pela ideologia os trabalhadores africanos a adiar o fim da sua exploração. Eles não adiarão essa luta. Podem ser nela derrotados — o que é coisa diferente. Podem ser derrotados se a luta contra a propriedade, além de se generalizar às dezenas de milhares de «bandidos» que hoje abrange, não se colectivizar, isto é, se a partir dessa própria luta não se criarem formas de organização em que os explorados deixem de lutar parcelizados, mas enfrentem como um todo a classe burguesa e a nova burguesia. E o papel dos operários grevistas nesta organização do «banditismo» será da maior importância.

Não seria a primeira vez que o «banditismo» se organizava em revolução. Todas as lutas camponesas da época do desenvolvimento do capitalismo comercial (séculos dezasseis e dezassete); a revolução dos «boxers» na China do século passado; as grandes revoluções mexicanas do princípio do século; importantes processos revolucionários no Brasil e noutros países da América do Sul; a revolução nos campos, na Rússia, na segunda metade de 1917; a luta dos mau-mau no Quênia, e tantas outras — são a tradição histórica que mostra que as verdadeiras revoluções sociais não nascem das etapas dos programas, mas da luta, real e inadiável, contra todas as formas de exploração, contra todas as formas de opressão.

A organização do «banditismo» é, neste momento, a grande esperança da revolução angolana. Por isso, quando os nossos doutos universitários «de esquerda», tecnocratas candidatos a novos exploradores, nos perguntam, de sorriso nos lábios e com a terrível cegueira que os impede de ver a pujança dos fenómenos sociais — «então, se vocês são contra o colonialismo e contra os movimentos de libertação, quem é que apolam?», nós respondemos:

Apoiamos os bandidos.

ANTIMILITARISMO

CONT. DA PAGINA 1

atirou a matar. O assassi- nato de Vítor Bernardes é o suicídio das suas próprias ilusões.

Para além do que pensam os protagonistas, para além das instituições da sociedade capitalista, e realizando-se na luta — por vezes violenta — que travam entre si domina uma realidade totalitária, mais profunda que é necessário destruir: as relações sociais capitalistas. A lógica da acção repressiva do Copcon escapa aos jovens oficiais populistas que a seu ver, combatem o perigo «do regresso fascista», combatem a reacção, etc.

No entanto, os recentes acontecimentos na Escola Prática de Infantaria, que envolveu não só os futuros oficiais, que iriam ter um papel de quadros intermédios na disciplina militar mas ainda alguns soldados (que são os mais directamente atingidos pela repressão militarista) mostram bem que estamos perante um exército. Exército, cuja coesão e disciplina, os que detêm o poder

democrático do Capital pretendem manter e reforçar a todo o custo. Há um programa a aplicar: a democratização e a descolonização, ou seja, a criação de condições para a «reconstrução da economia nacional». Por isso o 25 de Abril.

Mas se a crise no aparelho de Estado português prenunciada pelas lutas colectivas no seio das Forças Armadas e pelo desenvolvimento do movimento operário, e que conduziu ao 25 de Abril, é parte integrante de uma crise mais geral do sistema capitalista. Por seu lado a crise no seio das F. A. pós-25 de Abril é também um sintoma das dificuldades que atravessa a «democracia dos militares», acolitados pelos partidos políticos, pelos sindicatos, pelas instituições sociais em geral, para colmatar as rupturas no funcionamento do sistema. Sem soldados o exército não é nada. E, se os cadetes, os futuros oficiais, são mais sensíveis ao ilusionismo dos políticos e tentam concretizar as ilusões por estes criadas esbarrando com a repressão que o realismo dos mesmos

políticos e dos chefes dita, o mesmo não acontece com os soldados. Mais «terra-terra» a sua revolta latente ou explícita na má-criação, na grosseria, ou na lucidez das peelas do «tinto» cozidas atrás das grades, ditar-lhes-á também um procedimento mais radical e com consequências mais profundas no conjunto da vida social, à medida que a crise se agrava e os seus efeitos se lhes façam sentir na pele.

E é isso que é preciso precaver desde já. É isso que dita a necessidade de, a todo o custo, reforçar a coesão e disciplina do exército.

A democracia vai mostrando com clareza a sua face ditatorial. Escolher entre esta ou a outra face é uma falsa escolha. Como falsa escolha é também a escolha entre um «exército democrático» ou um outro que o não seja. O militarismo reproduz em si, sem qualquer tipo de ornamentos, as relações de dominação social; e é um suporte da reprodução desta no conjunto da vida da sociedade.

Os seguintes jornais decidiram divulgar a carta que mais abaixo transcrevemos:

«A VERDADE», «CLAVA», «COMERCIO DO FUNCHAL», «FRONTEIRA», «GRITO DO POVO», «O 1.º DE MAIO», «PROLETARIO VERMELHO», «VOZ DO POVO».

O «COMBATE», considerando a importância dessa iniciativa dos Milicianos das Forças Armadas, decide associar-se a ela.

Sr. Director:

Embora sabendo que a prática mostrou que a comissão Ad Hoc para a Imprensa considera assunto tabu qualquer referência a assuntos que considera internos às Forças Armadas, solicitamos a publicação dos acontecimentos ocorridos na Escola Prática de Infantaria em Maфра. Fazêmo-lo porque eles reflectem a luta que também no Exército se trava contra as forças reaccionárias e achamos ser um dever informar todas as forças progressistas e a população das tentativas de impedir o povo armado de reunir e participar na luta por uma sociedade verdadeiramente democrática. Não querendo que isto sirva de pretexto para calar a voz da imprensa popular, limitar-nos-emos à descrição dos factos sem qualquer comentário.

Nos dias 29 e 30 de Novembro foram presos em Maфра e enviados para a Trafaria 7 militares anti-fascistas. No dia 2 de Dezembro mais outro. Deve-se a prisão a terem estado numa reunião no Centro de Acção Cultural de Maфра para debater o filme «O Coração Potemkine», passado dias antes, e tendo também aí reflectido sobre a vida na unidade e apresentado as suas conclusões no dia seguinte, durante uma reunião entre os soldados e o Comando da unidade.

Estão assim presos na Trafaria os aspirantes Ruivo e Subtil e os soldados Moreira, Costa, Abreu, Silva e Valente.

Dia 2 de Dezembro, a solidardade inevitável que surgiu dentro da unidade, levou o Estado-Maior das Forças Armadas a considerar reprovado todo o 1.º ciclo de instrução e a enviar 500 cadetes para casa com licença registada.

2-12-74. Milicianos das Forças Armadas.

Qualquer acção de sujeição pacífica dos capitalistas à vontade da maioria dos operários e de passagem pacífica e reformista ao socialismo, além de ser uma estupidicez eminentemente filisteia, equivale a enganar descaradamente os operários e a embutezer o escravidão assalariado do sistema capitalista e a ocultar a verdade»

LENINE

1920 - Teses do 2º Congresso do III Internacional

Participa activamente na discussão e na elaboração do jornal !!!



TOMAR POSIÇÃO FACE AOS DESPEDIMENTOS

Face aos despedimentos e às tentativas de não pagamento por parte dos patrões, os trabalhadores começaram a tomar posições, tendo a classe operária tomado a vanguarda.

Assim passamos a transcrever uma moção aprovada em reunião efectuada na oficina OI2.

Face à não garantia de emprego por parte das entidades competentes, M. T. e sindicatos; face às manobras das empresas os trabalhadores prendendo novas manobras patronais, como despedimentos, faltas de verbas para salários, e o não pagamento dos descontos para a previdência, deliberaram em assembleia:

I Em caso do primeiro despedimento que se efectue na empresa, que seja feita paralização total de todos os trabalhadores da empresa, até que sejam readmitidos de novo.

LI Que em caso de entidade patronal tentar reduzir o tempo de trabalho semanal que seja considerado de novo o ponto I.

(Jornal da Greve (suspensa) dos trabalhadores da Efacec/Inel Lx., n.º 36 — 9.12.74.)

«A MINHA OPINIÃO É: QUEM QUISER IR TRABALHAR APANHA PORRADA»

LUTA NA ABEL ALVES DE FIGUEIREDO — SANTO TIRSO

Entrevista com duas operárias da Fábrica Abel Alves de Figueiredo (St.ª Cristina do Couto — St.ª Tirso)

COMB. — Poderiam começar por nos dizer como se iniciou o vosso processo de luta...

A — Nós já desde há uns anos atrás com férias fomos muitas vezes castigadas, quer dizer, tiravam-nos as férias quando nós tínhamos direito a elas

COMB. — Pode-nos dizer qual o número de operárias da fábrica e quais as condições de trabalho?

A — Na parte têxtil, ou mesmo ser-alhoes e tudo?

COMB. — No total...

B — Uns quinhentos ou seiscentos, talvez mais.

A — Mas antigamente eram mil cento e tal, porque quando eu vim para aqui, e ando aqui há nove anos, o número de revista atingia mil cento e tal, não sei bem ao certo.

COMB. — O que é que aconteceu a todos esses operários, foram despedidos?

A — Muitos foram despedidos e outras vezes... quer dizer, como começara a não cumprir a lei, o ordenado, e todos os direitos que o pessoal tinha, outros puseram-se a mexer... mas alguns foram despedidos.

COMB. — Ouvimos dizer que vocês no dia 25 vão entrar em greve; podem-nos dizer qual o motivo porque vão entrar em greve?

A — Nós vamos entrar em greve porque queremos o salário mínimo.

COMB. — Quanto é que vocês estão a ganhar agora?

A — Estamos a ganhar 88500 por dia. Nós exigimos as horas nocturnas já desde cinco anos, o salário pagam três meses, quer dizer o atrasado... que está ainda em atraso.

A — Bem, a lei permite; nós é que não aceitamos os quatro dias. Da mesma maneira que há trabalho para os escritórios e todos seis dias e apenas para nós os mais... os das máquinas é que temos 4 dias; nós aí é que não concordamos; queremos os 6 porque temos direito a 6 dias como eles. Se há trabalho para uns, lógico que tem de haver trabalho para os outros.

COMB. — Disseram-nos há um bocado que o pessoal do escritório tem apoiado o patrão. O que é que vocês acham acerca disso?

A — Nós achamos que essa gerência devia ser toda posta de lá para fora. Acho que não deve ter o direito de estar a emburrar as pessoas, porque numa altura em que nós estivemos lá paradas 4 dias ao portão, queriam que as operárias assinassem um papel por causa dos quatro dias, e então dissemos-lhe que nós daríamos a resposta mais tarde. Então eles esperaram e no sábado mandaram-nos chamar e puseram duas testemunhas deles e queriam que uma operária fosse falar sozinho com esse João Figueiredo.

O pessoal lembrou-se de ir todo ter com ele para que ele dissesse se dava o salário ou não, que ele andava sempre ali a emburrar as pessoas. O pessoal lembrou-se de ir com ele e ele disse: «vocês esperem aqui meia hora que eu vou lá em baixo ao escritório e venho e trago a resposta». O pessoal ficou ali à espera quatro dias e a resposta nunca mais veio. Mas isto foi um mal que nós fizemos, quer dizer, que não estávamos aconselhadas pelo sindicato. Nós não tínhamos dito nada ao sindicato e devíamos ter dito alguma coisa. Então vimos que tínhamos feito erro e retomamos o trabalho e agora vamos retomar nova greve. Até aqui não era greve, era de uma decisão que nós estávamos a espera.

COMB. — Então vocês estiveram ao portão da fábrica quatro dias.

A — Pois estivemos, à espera dessa resposta.

COMB. — Vocês deixavam entrar alguém?

A — Não deixávamos entrar ninguém por que estávamos à espera da decisão, mas a decisão nunca veio. O patrão tinha pedido para nós deixarmos passar. Nós não ocupávamos a residência dele, mas vimos o carro dele e pedimos para nos deixar ver a mala do carro porque desconfiávamos que o patrão lá na mala do carro — o carro era grande — ele não deixou e depois mais tarde disse que iam lá umas arrobas de milho; ora isso não podia caber na cabeça de ninguém... Então foi quando o pessoal cercou a fábrica, para ver se ele nos dava a decisão ou não. Depois mais tarde ele pediu para o pessoal desocupar a casa e os portões da residência dele, que no outro dia atendia todo o pessoal e resolvia os problemas; nós estivemos à espera até ao dia seguinte e nunca mais recebemos a resposta. Até que depois o sindicato meteu-se no caso e fez-nos... quer dizer, disse que apoiavam que nós fôssemos trabalhar, então nós fomos trabalhar.

COMB. — Há uma comissão de trabalhadores da qual você faz parte; quem foi que elegeu essa comissão?

A — Nós mesmos.

COMB. — Foram os operários que elegeram essa comissão...

A — Foi sim.

COMB. — Essa comissão informa todos os operários do que se vai passando nas conversações que têm com o patrão?

A — De tudo. Mas há uma coisa: nós nunca falamos com o patrão, porque a gerência não aceita. Quanto ao sindicato, nós fizemos lá uma reunião com todos; quinta-feira vamos outra vez ao sindicato e vamos ter uma reunião antes

das seis horas, antes de retomarmos o trabalho lá dentro, para que a todos seja claro o que nós estamos a fazer e para que todos nos apoiem.

COMB. — As pessoas aqui nesta aldeia são solidárias com a vossa luta, apoiam a vossa luta?

A — A maior parte... Mas há sempre algumas que também se doem um bocado, mas a maior parte do pessoal apoiam, porque já há muito tempo que ele nunca foi um patrão que tivesse consideração pelos operários.

COMB. — Portanto as pessoas aqui das redondezas sabem do que se está a passar ali na fábrica?

A — Quase toda a gente sabe, porque temos aqui o Pereira Gomes que, pelo que ouvi dizer, andou para aí a emburrar o pessoal, chegou-se ao fim era tudo mentira, o que ele dizia não era verdade nenhuma, quer dizer, dizia coisas a mais e outras que ele dizia era tudo mentira e por isso nós sabemos que anda alguma gente a emburrar.

COMB. — Há pessoas que dizem para aí que as greves servem a reacção; acham que servem mesmo a reacção?

A — Eu acho que não: a greve é para derrotar a reacção.

COMB. — Se vocês chegarem a ocupar a fábrica pensam tomar conta dela e começar a trabalhar?

A — Nós, mulheres... eu por mim falo, farei tudo o que for possível; eu só se não puder até dar a vida pelos outros operários que dou.

COMB. — Acha que a vossa luta deve ser comandada por um número reduzido de pessoas, ou devem ser todos os operários a organizá-la?

A — Há parte do pessoal, embora poucas operárias mesmo poucas... mas quase tudo em geral está disposto a seguir para a frente, andarmos para a frente.

COMB. — Ouvimos dizer que o patrão tinha mandado colocar hoje na fábrica um papel; de que se tratava?

A — Foi aquele papel que nós agora copiamos que já foi para baixo. Dizia que a crise no país era muito grave, que já foram despedidos 10 000 operários, que a atingir até Dezembro 20 000 e que para o ano atingiria 200 000 e que agora o governo andava a fazer negociações com a Rússia e que a coisa agora poderia ser... e com os comunistas também falava nisso... Toda uma série de complicações que agora não me recordo; também dizia que a gerência tinha muita consideração pelos operários, que não fechava a fábrica e que os operários que faziam parte da comissão estavam a fazer com que a fábrica fechasse. Dizia também — até aqui não atendia pessoal nenhum — que a partir de hoje a gerência atendia o pessoal que quisesse lá ir ao escritório. Dizia também que caso houvesse greve devíamos deixar trabalhar livremente.

COMB. — Qual a vossa opinião acerca disso?

A — A minha opinião é: quem quiser ir trabalhar apanha porrada.

COMB. — Qual vos parece ter sido a intenção do patrão ao colocar esse papel?

A — Esse papel é para assustar os operários para que eles vão trabalhar e não entrem em greve.

COMB. — Quais são as vossas relações com os encarregados?

A — Eu não faço confiança em nenhum encarregado, porque esses encarregados sempre se uniram ao patrão por isso nós não podemos ter qualquer confiança nele, embora alguns agora, depois daqueles quatro dias, se unem a nós e poderam estar mesmo com vontade e a tentar ser sinceros, mas eu quanto a mim não acredito que eles sejam sinceros agora.

COMB. — As vossas reivindicações são apenas de ordenado ou referem-se também a condições de trabalho?

A — Que dizer, nós queremos que a fábrica cada vez empregasse mais trabalhadores, pois diminuem; em lugar de cada vez ter mais trabalhadores cada

vez tem menos. Queríamos que fosse melhor, portanto que tivesse até um fogão para aquecer a comida ou os pratos, que é uma coisa que não tem, e outras coisas assim, não é? Mas nós agora neste momento apenas exigimos o salário mínimo. Primeiro entramos em greve em torno disto e depois mais tarde vamos puxar outros direitos.

COMB. — Para as operárias casadas que têm filhos vocês não pensaram ainda numa creche dentro da fábrica?

A — Acho que aqui com este patrão nunca conseguiremos nada disso.

COMB. — Numa das vossas respostas vocês dizem: «... Até que depois o sindicato meteu-se no caso e fez-nos... quer dizer, disse que apoiava que nós fôssemos trabalhar. O sindicato mandou-vos trabalhar?»

A — A nossa vontade era livre; se nós quiséssemos trabalhar, iam... nós reconhecemos que estávamos a fazer mal e fomos trabalhar.

COMB. — Mas então como é que vocês consideravam a luta que vinham a desenvolver? essa luta era ou não justa?

A — Por uma parte era justa, mas nós estávamos a fugir à lei... não era greve, mas era como se fosse.

COMB. — Que pensam dos despedimentos que está a haver em todo o país?

B — Está mal porque nós precisamos de sobreviver...

A — Eu acho que todos os operários devem estar de acordo em que os patrões não despeçam ninguém...

C — As pessoas que trabalham não chegam para as máquinas que há.

COMB. — Sim, mas o que é que vos parece que os trabalhadores devam fazer para enfrentar esses despedimentos?

A — Não olharem ao que dizem os ditos reaccionários, os patrões... por exemplo, cá na fábrica ele não paga porque não quer.

B — Ele diz que não tem dinheiro... que ele fosse buscá-lo à Suíça pois dizem que ele tem lá muito dinheiro.

COMB. — Ouvimos dizer que as negociações que estão a haver são entre os advogados do patrão e os advogados do Sindicato; não vos parece que a comissão de trabalhadores devia participar?

A — Nós é que dizemos o que queremos aos advogados... mas já ouvi dizer que houve tráfalhe entre os advogados.

COMB. — Mas não vos parece que deveria ser a comissão de trabalhadores a participar nas negociações?

A — Acha-mos que sim, mas os advogados do patrão não querem...

C — Eles nem queriam atender os advogados do sindicato, haviam de atender os trabalhadores!

COMB. — Vocês têm conhecimento do que se vai passando nas negociações?

A — Duas vezes por semana iam saber ao sindicato o que o patrão dizia (propostas e contra-propostas).

COMB. — Quantas pessoas tem a comissão de trabalhadores?

A — Ao todo somos cinco — dos vários turnos.

(2.12.74)

CARTA-ABERTA DOS CADETES AO GENERAL COSTA GOMES

Exmo. Senhor Presidente da República e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas:

Excelência

Mais do que para o Chefe Supremo das Forças Armadas Portuguesas, é para o Homem que em 28 de Setembro barrou o caminho à reacção, ao ocupar o lugar político mais importante do País, que 400 cadetes da E. P. I. se dirigem.

Desde a nossa entrada para o primeiro ciclo do C. O. M. (7 e 9 de Outubro) que nos foi evidente que o ambiente que se respirava na E. P. I., em Maфра nada tinha que ver com a construção da democracia em que o País se empenhava: umas vezes era-nos barrado o caminho à reacção, ao ocupar o lugar político mais importante do País, que 400 cadetes da E. P. I. se dirigem.

Desde a nossa entrada para o primeiro ciclo do C. O. M. (7 e 9 de Outubro) que nos foi evidente que o ambiente que se respirava na E. P. I., em Maфра nada tinha que ver com a construção da democracia em que o País se empenhava: umas vezes era-nos barrado o caminho à reacção, ao ocupar o lugar político mais importante do País, que 400 cadetes da E. P. I. se dirigem.

Desde a nossa entrada para o primeiro ciclo do C. O. M. (7 e 9 de Outubro) que nos foi evidente que o ambiente que se respirava na E. P. I., em Maфра nada tinha que ver com a construção da democracia em que o País se empenhava: umas vezes era-nos barrado o caminho à reacção, ao ocupar o lugar político mais importante do País, que 400 cadetes da E. P. I. se dirigem.

Desde a nossa entrada para o primeiro ciclo do C. O. M. (7 e 9 de Outubro) que nos foi evidente que o ambiente que se respirava na E. P. I., em Maфра nada tinha que ver com a construção da democracia em que o País se empenhava: umas vezes era-nos barrado o caminho à reacção, ao ocupar o lugar político mais importante do País, que 400 cadetes da E. P. I. se dirigem.

Desde a nossa entrada para o primeiro ciclo do C. O. M. (7 e 9 de Outubro) que nos foi evidente que o ambiente que se respirava na E. P. I., em Maфра nada tinha que ver com a construção da democracia em que o País se empenhava: umas vezes era-nos barrado o caminho à reacção, ao ocupar o lugar político mais importante do País, que 400 cadetes da E. P. I. se dirigem.

Desde a nossa entrada para o primeiro ciclo do C. O. M. (7 e 9 de Outubro) que nos foi evidente que o ambiente que se respirava na E. P. I., em Maфра nada tinha que ver com a construção da democracia em que o País se empenhava: umas vezes era-nos barrado o caminho à reacção, ao ocupar o lugar político mais importante do País, que 400 cadetes da E. P. I. se dirigem.

brigadeiro Vasco Gonçalves, pelo nosso general Carlos Fabião e pelo «Boletim do M. F. A.», iam mostrando a 400 cadetes a necessidade de contribuírem para que as conquistas democráticas pudessem chegar à E. P. I., iam mostrando a importância de propor medidas que fizessem avançar o processo de democratização.

Aquando das eleições para representantes da Unidade para o Conselho Consultivo do Exército, dirigiram-se aos cadetes, às outras classes militares que integram a E. P. I., no sentido de nos empenharmos num processo de esclarecimento e consciencialização que nos preparasse para as tarefas que cabem às Forças Armadas na defesa das liberdades democráticas.

Ninguém ficou insensível às palavras que então foram ouvidas e todos sentimos que, finalmente, a E. P. I. poderia enquadrar-se na imagem que o Povo faz das Forças Armadas.

Deste modo, os cadetes efectuaram várias reuniões onde sugeriram propostas que, pelas vias hierárquicas competentes, chegaram aos comandos da Unidade. Tais sugestões procuravam contribuir para melhorar as relações entre todas as classes dentro da Unidade, para a democratização interna, para a transformação do tipo de instrução das directrizes do M. F. A. Os dias foram passando e a resposta que se esperava não aparecia. Na segunda-feira, dia 2 de Dezembro, e a título oficial fomos informados por alguns oficiais que todas as nossas sugestões haviam sido recusadas e refutadas.

Coincidindo com esta informação, nesse mesmo dia, tivemos conhecimento de que dois aspirantes milicianos e seis soldados estavam presos, pelo simples fact de, fora da Unidade, terem discutido problemas desta e terem redigido um conjunto de sugestões que no decorrer do mesmo processo foram entregues ao 2.º Comandante da Unidade.

Tais prisões foram por todos nós consideradas injustas visto que, os

argumentos que nos foram apresentados pelo 1.º comandante no decorrer de uma alocução feita na manhã de segunda-feira: a) que tinham estado reunidos para que as conquistas democráticas pudessem chegar à E. P. I., iam mostrando a importância de propor medidas que fizessem avançar o processo de democratização.

Este contexto que, da, uma forma espontânea, se verificaram as duas atitudes colectivas que nos haviam de colocar na actual situação: o levantamento do rancho e a recusa de formatura. Tais factos não podem ser considerados como actos de indisciplina gratuita mas como consequência da degradação da situação interna da Unidade, e da indignação de todos nós face aos últimos acontecimentos sucedidos.

É importante acentuar-se não ter havido qualquer tentativa convincente por parte do comando no sentido de conciliar posições face à gravidade do sucedido. Pelo contrário, e comprovando pela prática aquilo que já constava (que à mínima coisa que acontecesse seríamos mandados embora com licença registada e passagem ao contingente geral), os comandos da Unidade não hesitaram em criar uma situação de facto conducente a um beco sem saída.

Neste momento, sabemos que o nosso General Carlos Fabião, Excmo. Chefe do Estado-Maior do Exército, face à descrição dos acontecimentos feita pelos comandos de Maфра e a uma atitude de apoio a estes comandos por parte de oficiais da Unidade, decidiu concretizar a nossa passagem ao contingente geral.

No entanto, podemos afirmá-lo, a fazer-se um inquérito a tudo o que se passou na E. P. I., que fosse dirigido por oficiais progressistas, verdadeiros homens do «25 de Abril» e do «28 de Setembro», em que, sem pressões de

qualquer espécie, soldados, cadetes, sargentos, oficiais milicianos e oficiais do quadro fossem ouvidos, as conclusões seriam certamente diferentes.

Foi para defender o M. F. A. contra o boicote ao cumprimento das suas directrizes, foi para contribuir para a democratização da Unidade para que processos de intimidação como os que foram utilizados contra os nossos camaradas presos não pudessem repetir-se, foi para mostrar que a reacção ainda se encontra solidamente instalada em muitas instâncias do nosso Exército e que há que desalojá-la, foi no sentido de apurar a coesão e disciplina democráticas na E. P. I., que os cadetes se movimentaram. Não foi uma atitude de rebeldia (iniciada por meia dúzia de agitadores) e (seguida por centenas de carneiros), como é afirmado pelos comandos da Unidade, mas sim uma posição extremamente consciente destinada a vencer a injustiça e a reacção.

Senhor Presidente da República, Excelência, não é a passagem ao contingente geral que nos preocupa enquanto militares e cidadãos: é o significado político que tal decisão encerra, pelo fortalecimento que imprime às forças reaccionárias, que, dentro e fora das quartéis, continuam a manobrar contra a jovem democracia portuguesa.

Por isso, apelamos para o nosso general no sentido de, antes que qualquer medida seja concretizada, se crie as condições para que a verdade possa surgir à superfície. Continuamos a pensar que a libertação dos nossos camaradas presos, o saneamento dos comandos das Unidades, a possibilidade de concluirmos o 1.º ciclo do C. O. M. e a institucionalização da democracia na E. P. I. de Maфра, são medidas justas, que, neste momento, mostraríamos ao País que as palavras dos seus dirigentes máximos não são flores de retórica, mas que se destinam a serem concretizadas, para que o processo democrático não seja boicotado e o Exército Português esteja cada vez mais ao serviço do Povo.

LI Que em caso de entidade patronal tentar reduzir o tempo de trabalho semanal que seja considerado de novo o ponto I.

(Jornal da Greve (suspensa) dos trabalhadores da Efacec/Inel Lx., n.º 36 — 9.12.74.)

Os Cadetes do 1.º ciclo do C. O. M. da E. P. I. reunidos no dia 6 de Dezembro de 1974.

jornal da greve 36 (suspensa) dos trabalhadores da Efacec/Inel Lisboa 9.12.74

Participa activamente na discussão e na elaboração do jornal !!!



TOMAR POSIÇÃO FACE AOS DESPEDIMENTOS

Face aos despedimentos e às tentativas de não pagamento por parte dos patrões, os trabalhadores começaram a tomar posições, tendo a classe operária tomado a vanguarda.

Assim passamos a transcrever uma moção aprovada em reunião efectuada na oficina OI2.

Face à não garantia de emprego por parte das entidades competentes, M. T. e sindicatos; face às manobras das empresas os trabalhadores prendendo novas manobras patronais, como despedimentos, faltas de verbas para salários, e o não pagamento dos descontos para a previdência, deliberaram em assembleia:

I Em caso do primeiro despedimento que se efectue na empresa, que seja feita paralização total de todos os trabalhadores da empresa, até que sejam readmitidos de novo.

LI Que em caso de entidade patronal tentar reduzir o tempo de trabalho semanal que seja considerado de novo o ponto I.

(Jornal da Greve (suspensa) dos trabalhadores da Efacec/Inel Lx., n.º 36 — 9.12.74.)

CAIXA ALTA

JORNAL DE JORNALISTAS

FOTOGRAFIA POLICIAL

Em 4 de Novembro, na altura da realização do comício do C. D. S. no Teatro de S. Luís, verificaram-se, na zona, concentrações de antifascistas, que tentaram evitar a sua realização. A polícia defendeu os argenteiros do C. D. S. e disparou sobre os manifestantes (vide fotografia, saída no Diário Popular, em que se vêem as periferagens numa montanha, também, a respectiva legenda, ineficazmente tendenciosa: o autor está de parabéns pela «censura»), encontrando-se um dos atingidos ainda em perigo de vida.

(In «Caixa Alta», n.º 1, Jornal de Jornalistas)

A GREVE DEVE DEIXAR-SE À LIVRE INICIATIVA DOS TRABALHADORES

Esta tem sido a linha constantemente defendida pelos colaboradores deste jornal no Manifesto e em todos os Editoriais.

O próprio jornal Combate, nos moldes em que é elaborado, é a aplicação prática de uma linha que tem como ponto fundamental o desenvolvimento da livre iniciativa dos trabalhadores.

Por isso, não seria difícil aos leitores corrigir uma lamentável gralha que levou um subtítulo da pág. 4 do último número a aparecer como: «A greve não deve deixar-se à livre iniciativa dos trabalhadores», em vez de «A greve deve deixar-se à livre iniciativa dos trabalhadores».

BASES/CÚPULAS

UMA DISCUSSÃO SINDICAL

CONCLUSÃO DA ENTREVISTA COM DOIS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (LISBOA)

Começamos no número anterior a publicação desta entrevista com dois operários da construção civil, sobre o Sindicato da construção civil do Sul.

Os acontecimentos entretanto passados no Sindicato, com a mudança de direcção e tudo o que lhe está subjacente, só dão a esta entrevista maior actualidade.

— COMB. — Uma das acusações que fazem à comissão provisória é que fazem parte dela elementos que são patrões. Vocês são capazes de me dizerem alguma coisa sobre isto?

— OP. B. — Quer dizer: eu sei que houve uma reunião nos empregados de escritório onde um, infelizmente, que é até um dos grandes trabalhadores dessa comissão provisória do sindicato, que de facto, disse patrões. Ele quando disse patrões, segundo aquilo que ele queria afirmar era patrões na maneira de mandar, quer dizer, por serem mandões, mas patrões não conheço, porque eu conheço-os todos e sei que são todos trabalhadores. Um é pedreiro, salvo erro, outro é carpinteiro, e o outro é de revestimentos. Por isso patrões não são, quer dizer esse rapaz falou e disse patrões na maneira de mandar, mas depois li até nos jornais e foi com grande espanto que reparei que vinha lá que eram dois patrões. Ora isso é falso, é patrões, mas na maneira de querer mandar, enfim, de tomar determinadas atitudes sem muitas das vezes consultarem colegas deles, que é, segundo aquilo que me tem chegado aos ouvidos.

Quando ao mesmo caso da Intersindical, porque aí é que foi a grande matação, nessa reunião foi onde esse rapaz que disse que era um colega deles disse que havia uns patrões, foi os empregados de escritório juntamente com o pré-sindical e com a Intersindical e os Sindicatos Metalúrgicos, Artes Gráficas, Motoristas e essa coisa toda, quer dizer, determinados electricistas, metalúrgicos, formaram uma reunião nos empregados de escritório dizendo que essa reunião era para sindicatos verticais. Ora essa reunião não foi para sindicatos verticais mas sim para denunciar a comissão que lá estava no Sindicato juntamente com uma comissão de trabalhadores J. Pimenta. Aonde eu li que falou lá um senhor, que é o sr. Canais Rocha, que até diziam que iam assaltar o Sindicato e o sr. Canais Rocha apoiou a bom apoiar em assaltar o Sindicato. Agora pergunto eu: eles vão assaltar aquilo que é de nós todos, trabalhadores na construção civil, os outros sindicatos que não pertencem ao nosso ramo, à nossa actividade, acho que isso está mal. Está mal porque se o sr. Canais Rocha é da Intersindical deve-se lembrar que não é um assalto que se fazem Sindicatos nem tão-pouco isso é democracia, porque se ele diz que é um democrático e que é um bom sindicalista nessa altura não dava apoios em assaltar o sindicato da construção

civil. Porque o sindicato é de nós operários, não é do sr. Canais Rocha nem é da Intersindical. E nosso, porque somos nós que descontamos o nosso dinheiro para lá.

— COM. — Uma das acusações que fazem à comissão provisória é de que os indivíduos que estão na comissão provisória recebem ordenados mais altos do que aqueles que recebem quando eram simples operários. Pelo que fomos informados já por trabalhadores da construção civil, os indivíduos da Intersindical também estão a receber um ordenado pago ao fim e ao cabo pelos próprios trabalhadores. Vocês acham que há alguma justificação, ou não há justificação nenhuma para que os dirigentes do Sindicato da Construção Civil recebam ordenado?

— OP. B. — A justificação que eu dou sobre esse ponto, acho que eles têm direito a receber o seu ordenado tal qual recebem nas empresas porque eles estão lá, já ouvi falar até em 10 contos ou não sei quê. Mas 10 contos é com todas as taxas, quer dizer, descontando para as previdências, essa coisa toda, quer dizer, esses 10 contos refere-se ainda em solução em menos dinheiro do que propriamente aquele que eles ganham nas empresas, porque há indivíduos que estão lá no sindicato e que estão as empresas a pagar-lhes e ao fim do mês mandam-lhes as suas facturas do dinheiro dos operários que lá têm a auxiliar essa dita comissão e então eu reparei e soube ainda há pouco tempo que um indivíduo que lá estava e está a ganhar 6900500 lá na firma, a firma mandou um recibo para o Sindicato pagar e pagou 11 contos e tal. Ora evidentemente, se uns estão por 10 contos, o outro que está arregado pela firma para 11 contos e tal, pois eu também acho que a comissão que nesse ponto ainda está a perder. Quer dizer, os rapazes nessa altura são prejudicados, porque o Sindicato paga mais a um que esteja lá empregado pela firma do que até aqueles que lá estão agora efectivos, que é o caso daqueles três que lá estão agora na Comissão Provisória.

— OP. A. — Sobre os ordenados, é uma das coisas que se tem falado bastante, sobre o problema dos 10 contos, aliás é uma das coisas e especialmente os indivíduos que representam a Intersindical — tem-nos acompanhado e até outros trabalhadores inclusive o pré-sindical, portanto, é um dos problemas que eu levanto diariamente em qualquer lado, sobre o problema dos ordenados. Ora eu verifico que a questão dos ordenados não deve estar em causa. Deve estar em causa é o trabalho que esta comissão desenvolve por que nos estatutos do Sindicato que eu por acaso até tenho em casa diz lá qualquer trabalhador que esteja ao serviço do Sindicato deve ser reembolsado consoante os prejuízos que isso lhe pode causar a sua permanência. Ora é evidente que se uns ganham 10 contos e estão desempregados das firmas, estão em benefício ainda na medida em que estão a beneficiar o Sindicato dado que em relação aos outros como já foi afirmado estão mais baratos de qualquer maneira. E eu acho que isso não deve ser um problema a levantar mas sim tem de se levantar o problema de o serviço que esses indivíduos têm feito. Então os trabalhadores nas decisões que têm tomado, nessas decisões esse facto como foi afirmado tem sido bastante elevados em alguns aspectos e acho que todos esses elementos do pré-Sindicato, dos empregados de escritório e Intersindical os deviam de ajudar a solucionar esses problemas e não a criar outros que só à margem estão programados.

— COMB. — A reunião dos sindicatos convocada para o Sindicato dos Empregados de Escritório, tanto quanto vemos nos jornais, foi convocada no sentido de tentar organizar o sindicato vertical. Ora, tanto quanto eu saiba o sindicato vertical da indústria é o sindicato vertical da empresa. Portanto o Sindicato da Construção Civil é neste momento um sindicato vertical que abrange todos os indivíduos que traba-

lham na construção civil à excepção dos indivíduos que são administrativos porque também têm o seu sindicato, pode-se dizer de "indústria" porque o sindicato dos empregados de escritório, abrange todos os empregados. O que é que pensam deste problema? Quer dizer, qual é ao fim e ao cabo o verdadeiro objectivo da reunião convocada para o Sindicato dos Empregados de Escritório?

— OP. B. — Essa reunião dos empregados de escritório foi mais uma tentativa para se juntarem ao sindicato da construção civil para terem mais força. Inclusive já foi dito pelos elementos da direcção dos empregados de escritório que isso só trazia benefícios a eles na medida em que eles têm um contrato colectivo de trabalho que não pode ser alterado a não ser unindo-se a outro sindicato. Portanto precisamente o que eles tentam é unir-se ao nosso sindicato para poderem alterar as regalias que tem, que eles acham que são poucas, que não são suficientes, mas só unindo-se a um Sindicato eles conseguem ter as regalias. Ora evidente, tudo quanto nós sabemos sobre esse aspecto os sindicatos dos empregados de escritório de há uns anos para cá tem sido mais prejudiciais aos trabalhadores do que os favorecem e agora como estão nesta situação de eles próprios serem favorecidos unindo-se ao nosso Sindicato é isso que eles tentam por todos os meios.



— OP. A. — Eu vou aqui pôr as palavras do meu camarada e acho que nós, Sindicato da Construção Civil, sendo nós um Sindicato forte da maneira como somos temos de estar mesmo muito alerta com essa manobra dos empregados de escritório, porque não sei se os senhores sabem o sindicato dos empregados de escritório e todos os indivíduos que estão na construção civil e que são empregados de escritório tentaram sempre e antes do 25 de Abril foram sempre aqueles homens que tentaram sempre andar com o pé em cima de nós trabalhadores que andamos a trabalhar em cima de andaimes que andamos ao frio de Inverno, no Verão debaixo de torréiras do sol, à chuva e essa coisa toda e eles dentro de escritórios com as suas estufazinhas e mais alguma coisa, nunca se quiseram importar de nós, trabalhadores, e agora não sei porque nem porque não estão a tentar de toda a maneira integrar-se no nosso Sindicato. É isso que eu vejo a manobra do sindicato vertical.

— COM. — Pelo que vocês dizem dá-me ideia do seguinte: tomemos o exemplo do Canais Rocha que é uma pessoa muito falada. Canais Rocha é um homem forte na Intersindical; é também um homem forte no Sindicato dos Empregados de Escritório. Numa altura em que a posição do Canais Rocha na Intersindical parece estar a ser bastante contestada, o Canais Rocha apresentar-se-ia como homem capaz de, com esse golpe, conseguir aumentar os salários dos empregados de escritório, mesmo que isso fosse contra os interesses dos trabalhadores da cons-

trução-civil, ou seja, passando por cima da democracia relativamente aos trabalhadores da construção civil. Vocês acham que isto é uma hipótese a ter em conta, quer dizer, parece-vos que este tipo de acção é possível?

— OP. B. — Eu acho que sim pelo seguinte: porque a construção civil, agora, neste momento tem ordenados mais altos do que propriamente os empregados de escritório e então a manobra seria feita da seguinte maneira: pegarem nos empregados de escritório, espetarem com eles todos no sindicato da construção civil para nessa altura os empregados de escritório fazerem o seu novo contrato colectivo de trabalho para depois vir a lume que o sr. Canais Rocha conseguiu isto e aquilo para os empregados de escritório. A custa de quem? Dos trabalhadores da construção civil porque deram guarda aos senhores empregados de escritório.

— OP. A. — Eu concordo com isto já dito. Os empregados de escritório convocaram nas suas instalações uma reunião para delegados sindicais só da construção civil e nessa reunião apareceram mais elementos doutros Sindicatos, inclusive foi posto em causa a presença de um ou dois indivíduos que estavam lá que fazem parte dessa Comissão provisória e foi posto em causa pelo seguinte: porque eles achavam que eles não deviam estar presentes para não se aperceberem dessas ditas manobras. Esses mesmos delegados sindicais que estavam presentes e portanto fazendo parte da Comissão Provisória, não já denunciaram essas manobras aos próprios delegados sindicais presentes. Ele já verificaram que na altura tomaram uma determinada posição depois com o correr do tempo verificaram que isso era uma manobra e automaticamente agora estão a começar a desligar-se inclusive a não aceitar o apoio que lhe foi permitido.

— COMB. — O que é que vocês pensam que deve ser uma linha correcta de um Sindicato? Como é que um Sindicato deve actuar para efectivamente defender os interesses dos trabalhadores?

— OP. A. — Eu acho que um Sindicato deve ter à frente dele pessoas que possam representar dignamente os trabalhadores. O Sindicato deve ser aquela arma número um onde qualquer problema que o trabalhador tem se possa dirigir ao seu Sindicato expor o seu problema e o seu sindicato automaticamente ir resolvê-lo perante uma entidade patronal. Esse na minha maneira de ver é que deve ser o Sindicato e assim é que se pode trabalhar na base de um sindicalismo, dentro de um Sindicato não pode haver políticos seja de que espécie for. Porque o trabalhador se vai ser conduzido dentro do Sindicato por intermédio de um partido político acho que está mal. O Sindicato é só Sindicato e partidos políticos são partidos políticos. Porque eu sou de um partido, este meu colega é de outro partido, aquele é já de outro partido e se nós vamos juntar três ou quatro partidos no Sindicato, nessa altura ninguém se entende. Dentro do Sindicato só deve existir única e simplesmente homens, rapazes e homens com a sua dignidade de serem bons sindicalistas. Tratar sim de assuntos mas que só dizem respeito ao Sindicato. Quando estiverem fora do Sindicato não podem sentir o seu partido porque evidentemente todos nós temos que ter um partido para o lado que tomamos, não é? — anora, por exemplo se aquele senhor é comunista, eu vou levá-lo para o socialista, não pode ser; se eu sou socialista não vou levar aquele senhor para o comunista: cada qual segue a sua maneira de ser fora das linhas sindicais. O Sindicato é muito bonito mas tem que ser sem partidos. Principalmente lá dentro.

— COMB. — Quais são as relações que vocês acham que uma direcção de um Sindicato deve ter com as massas dos trabalhadores sindicalizados?

— OP. B. — Eu acho efectivamente que a comissão de um sindicato deve ter em primeiro lugar intenção de resolver os problemas de todos esses trabalhadores a nível de empresa, a nível individual, a todos os níveis e nunca deve de ir através de influências, através de pressões que por vezes surgem inclusive de entidades patronais, ou através de determinadas manobras. Esses representantes dos trabalhadores, quer seja a comissão provisória ou direcção, nunca

devem aderir a isso. Nós é que temos conhecimento que há determinados grupos de trabalhadores, as chamadas comissões dos trabalhadores, que se têm voltado contra os outros trabalhadores. Ora nós achamos que isso não pode ser. Eu acho que a comissão ou a direcção deve seguir sempre a vontade dos trabalhadores, seguir de perto todos os problemas, problemas até bastante graves como o caso dos despedimentos, isso é um problema gravíssimo neste momento e devem ser os dirigentes sindicais a resolver esses problemas, a nível de ministérios, a nível de acção rápida. Quando as entidades patronais ameaçam trabalhadores com armas, o que actualmente está a acontecer ali para a zona do Restelo e isto realmente é bastante grave, a Comissão Provisória que está efectivamente no sindicato tem tentado resolver estes problemas mas não os tem resolvido como devia. Portanto, actuar rapidamente, chamar essas pessoas à responsabilidade através até dos seus advogados, segundo consta estão cinco advogados ao serviço do sindicato, mas esses mesmos advogados não representam verdadeiramente os trabalhadores na hora precisa. Por exemplo, um trabalhador que vai apresentar uma queixa para essa queixa ser resolvida ou através do tribunal ou através de conciliação chega a demorar 6, 7 e 8 meses e até um ano, ora é evidente que essa comissão ou direcção do sindicato deve tentar resolver os assuntos rápido para que esses mesmos trabalhadores se sintam acarinhados pelo sindicato, pelos seus dirigentes e portanto resolva os seus problemas o mais rápido possível. Nós temos conhecimento que actualmente existe comissões corporativas. As comissões corporativas baseiam-se numa legislação bastante antiga em que diz que os advogados dos sindicatos são os que



podem ir defender desde que a causa que esses trabalhadores apresentem seja superior a 6 contos. Ora é evidente que hoje em dia os problemas que ultimamente têm surgido são os problemas de 2, 3 e 4 contos. São problemas que a legislação, portanto, não defende mas que devia defender, porque esses quatro ou cinco contos que tinham para receber e não têm ninguém que os defende, é dinheiro que lhes faz imensa falta, porque os trabalhadores da construção civil são indivíduos que vivem em piores condições, habitam os bairros das barracas, têm famílias bastante numerosas, com cinco ou seis filhos e portanto deviam ser resolvidos rapidamente.

— COMB. — Como é que vocês acham que uma direcção dum sindicato pode estar sempre a par dos verdadeiros problemas dos trabalhadores? Como é que ela pode escutar verdadeiramente a opinião dos trabalhadores e os problemas dos trabalhadores?

— OP. A. — Eu acho que as direcções de sindicatos ou comissões que podem ser alargadas nesses aspectos por intermédio dos Delegados Sindicais. Os delegados sindicais têm por direito e obrigação, porque lá por isso foram escolhidos pelos trabalhadores são os representantes dos trabalhadores, resolver qualquer conflito que haja entre um trabalhador



e a empresa. O delegado sindical deve, ele próprio dirigir-se à entidade patronal e fazê-lo ver, conversar com ele e dizer: — então qual é o motivo disto, daquilo, ou que é que aconteceu àquele trabalhador, o que é que se passa, porque é que ele se vai embora, porque é que não vai, o que é que se passou o que é que não se passou. E então, quando o delegado sindical não tem a força suficiente para resolver esse problema e devem ser os dirigentes sindicais a resolver esses problemas, a nível de ministérios, a nível de actuação rápida, com o patrão, evidentemente deve de o comunicar o mais rapidamente possível ao Sindicato para o Sindicato tomar uma atitude. Essa atitude, evidentemente, será chamar a entidade patronal por meio de processo judicial ou por meio de uma convocatória, qualquer uma das coisas, mas quer dizer, uma coisa repentina, fazer-se qualquer coisa para que esse trabalhador mais tarde, quando haja outro problema com um colega dele possa dizer: é pá! tu pede ao delegado sindical que o delegado sindical tente resolver o teu problema se não conseguir resolver o teu problema nessa altura vai ao sindicato porque tens lá gente competente que te trata desse assunto e a força das massas trabalhadoras, por sua vez, também, todos unidos não consentiam que qualquer camarada nosso seja despedido, só evidentemente com justa causa, quando ela houver, caso não, os trabalhadores devem bater bem o pé e gritarem bem alto, não aos despedimentos!

— OP. B. — Nesse aspecto tenho mais uma palavra a dizer unicamente para chamar a atenção dos delegados sindicais, tem-se verificado que em determinadas empresas os delegados sindicais existem só pelo nome, e que os delegados sindicais não actuam na altura própria. Estou a lembrar-me até dum caso que se está a passar actualmente numa firma Construção Serge, que tem três ou quatro delegados sindicais e em que a entidade patronal está a fazer despedimentos em série e provavelmente até ao fim do ano despede mais de cento e tal trabalhadores. Mas despede como? Não despede todos de uma vez: despede três hoje, dois amanhã, para que esses trabalhadores não se possam reunir e não possam exigir da entidade patronal o que legalmente têm direito. Ora, os delegados sindicais por sua vez estão parados. Estão na expectativa de não serem eles despedidos. Ora é evidente um delegado sindical deve ter a responsabilidade, L.º para com os seus camaradas, em todos os aspectos e depois a partir daí a recorrer para os órgãos realmente superiores para que isso não aconteça. Nesse aspecto os delegados sindicais devem, e para isso são eleitos pelos trabalhadores, de exigir da entidade patronal devem exigir-lhes todas as regalias que esses trabalhadores têm, devem não aceitar despedimentos, seja ele menor, seja um trabalhador fraco (geralmente isso acontece na construção civil; há trabalhadores que não dão o rendimento necessário) mas por vezes por não darem bom rendimento, não quer dizer que não sejam bons trabalhadores, não quer dizer que não seja um chefe de família, não quer dizer que não tenha necessidade, portanto, é uma das posições que os delegados sindicais devem ter em conta. Devem organizar as suas empresas ter o apoio verdadeiro dos trabalhadores e quando isso acontece pois automaticamente tomarem todos uma posição de força e não aceitarem esses despedimentos nem essas anomalias.

— OP. A. — E nesse ponto ainda acrescento mais: também os trabalhadores quando, seja em que sector for, saibam ou sonhem que um delegado sindical começa a ser perseguido pela entidade patronal, evidentemente que todos esses trabalhadores devem-se pôr ao lado do delegado sindical. Quando sonharem que um delegado sindical está para ser despedido, esses trabalhadores postos ao lado desse companheiro de trabalho, quer dizer, não aceitamos que o delegado sindical seja posto na rua. Como o delegado sindical deve dizer a mesma coisa quando sonhar que um trabalhador vai ser posto na rua. Quer dizer, uma força contra a outra. Todos unidos é que conseguimos fazer um sindicato forte, temos um apoio de massas trabalhadoras em que a gente possa dizer bem alto: nós somos da construção civil mas sabemos respeitar e ser dignos da arte a que pertencemos.

— COMB. — Agora pondó a hipótese de que um delegado sindical não represente os interesses dos trabalhadores: Como é que vocês acham que os trabalhadores devem agir face aos delegados sindicais?

— OP. A. — Evidentemente isso é um outro ponto importante. Quando um trabalhador souber que um delegado sindical não puxa pelos seus interesses e pelo contrário anda a fazer um género de sabotagem com a entidade patronal, esses trabalhadores devem imediatamente denunciar esse delegado ou outros delegados ou até o próprio sindicato, que o próprio sindicato, suponho eu, tem por obrigação impôr-se e automaticamente de excluir esse homem de delegado sindical porque sendo assim esse homem não representa os trabalhadores, pelo contrário, anda a prejudicar os trabalhadores. Nós temos casos importantes que se estão a passar, por exemplo, que é o caso de Tróia, onde os delegados sindicais e a equipa ou seja, a comissão de trabalhadores tem feito uma luta tremenda contra as manobras do patronato e eu sendo daqui de Lisboa desde já dou um grande abraço a essa equipa de trabalhadores, camaradas meus, de Tróia, pelo esforço e o trabalho que têm tido.

— COMB. — Numa série de sindicatos, os delegados sindicais são nomeados pelo sindicato, isto é, no fundo são delegados do sindicato. Como é que as coisas passam na construção civil? É assim ou é diferente?

— OP. B. — Quer dizer, na construção civil, é o seguinte: os delegados sindicais foram eleitos democraticamente pelos trabalhadores. Quer dizer, nas empresas formaram-se umas reuniões para se escolher um homem que representasse esses trabalhadores. E esse homem foi escolhido democraticamente pelos trabalhadores por isso é que ficou a ser um delegado sindical mas eleito pelos trabalhadores. Quando esse delegado sindical, não corresponder aos interesses dos trabalhadores, tomar atitudes, tomar decisões sem consultar os trabalhadores, atitudes essas que podem ser prejudiciais aos próprios trabalhadores, automaticamente eles devem demiti-lo, eles próprios, das empresas e denunciar ao sindicato as manobras deste delegado sindical e escolher outros que sejam realmente aqueles indivíduos que tenham toda a confiança e os possa ajudar a resolver todos os problemas.

— COMB. — Esta entrevista começou com os problemas actuais relativos ao sindicato da construção civil e às manobras que a intersindical está agora a fazer. Como é que vocês acham que vão evoluir estas questões? O que vos parece que deve ser a atitude correcta neste caso?

— OP. A. — Já hoje me dirigi ao sindicato e verifiquei que vão fazer um plenário. A seguir ao plenário parece-me a mim que vão começar a fazer as eleições. Não tratar das eleições. Ora, evidentemente na minha maneira de ver e na minha maneira de pensar acho que é assim: Eles que vão fazer esse plenário, que esse plenário corra dentro do maior civismo para não sermos apontados de A, B e C, porque se a comissão que lá está fez asneiras, evidentemente temos que as desculpar porque também, ao mesmo tempo, sabia pouco de sindicatos e de sindicalismo. Agora, desde que haja plenário vai a caminho das eleições, que sejam pessoas capazes de representar os trabalhadores. Esses são os votos que eu tenho, é que apareça alguém da construção civil, que sejam mesmo operários da construção civil, para saber o que custa a vida, a luta do dia-a-dia para dar valor aos outros camaradas, que sejam esses camaradas que vão representar o sindicato da construção civil.

— OP. B. — É evidente, que os trabalhadores da construção civil até aqui foram os trabalhadores que mais trabalharam e os que menos acompanhados estavam. Os trabalhadores da construção civil foram sempre bastante sacrificados como já foi dito aqui, pois a trabalhar em péssimas condições sem segurança de trabalho sem instalações, sem refeitórios, sem nada de nada. Os meus votos é que entre uma comissão e se resolvam todos estes problemas. Inclusivamente há conhecimento que há delegados sindicais que querem fazer uma lista, delegados sindicais que à partida são indivíduos que estão dentro dos problemas dos trabalhadores da construção civil e nunca devem admitir que outros indivíduos se intrometam no seu trabalho, não devem aderir a ideias de outros indivíduos que se dizem mais evoluídos mas que não conhecem na carne, os problemas, as dores, os sacrifícios que os trabalhadores têm e portanto que fique decidido neste plenário que os trabalhadores através das eleições, saibam escolher verdadeiramente os próprios trabalhadores. Sejam os próprios a escolher, sejam os próprios a dirigir, e sejam eles próprios a dirigir o que está mal feito.

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, POVOS E NAÇÕES OPRIMIDAS, - UNÍVOS



LUTA NO TRABALHO

ANO I / Nº 2 / 6.12.74 ÓRGÃO DOS TRABALHADORES DA SETENAVE

Os operários falam

(Entrevista conduzida pelo CTS, tendo como temas fundamentais a última AGT e o trabalho desenvolvido pelo CTS).

— Chamo-me Manuel Caria Lopes Cardoso e trabalho nos Tubos. A última AGT não me interessou nada, discutiram-se problemas que não interessavam aos trabalhadores, só se atacaram partidos e pessoas.

Concordo com a realização da AGT mas para tratar de assuntos que interessassem aos trabalhadores e não discutir partidos políticos. Se o CTS estava a ser atacado devia-se ter discutido problemas que interessavam, e não — Tu és do MRPP, tu és do PRP e por aí fora... e nada de interesse para o que estava em causa.

— CTS — Não concorda então com as críticas que nessa AGT se fizeram ao CTS, mas contudo concorda que se deve criticar o trabalho do CTS?

— MC — Sim, concordo plenamente com a crítica ao CTS mas não como a que foi lá feita e às pessoas que convocaram a Assembleia. A crítica devia ser ao trabalho do CTS e não às pessoas do CTS. Ficou tudo baralhado e chegou-se à conclusão que não se percebeu nada, deviam ser tratados problemas de trabalhadores e não estar para ali a atacar partidos e pessoas... tu és deste partido, tu és daquele... e enfim pergunto onde é que as pessoas tinham sido educadas... qual o seu vencimento... coisas que não interessavam nada para ali. Entendo que deve haver um CTS porque se não houver quem esteja à frente dos trabalhadores, eles só não conseguem resolver os assuntos, e entendo que esse conselho não deve estar subordinado a qualquer partido político e que se for atacado nesse aspecto, acho bem que eles se defendam.

— Chamo-me João Manuel M. Baião, sou oficial de 1.º e trabalho na Caldeira de Reparções.

Acho que a AGT por parte foi tempo perdido, mas enfim em todo o tempo perdido em parte podemos aproveitar coisas úteis para melhores assembleias. Eu como trabalhador e pertencendo à oposição, entendo que as críticas devem vir única e simplesmente da parte dos trabalhadores e não de qualquer partido político, e não foi como membro desse partido político que eu ataquei o CTS mas sim como trabalhador. Um trabalhador pode pertencer a um partido político que quiser, mas dentro da empresa deve pôr o partido político de parte e defender a causa dos trabalhadores, pois um partido político defende a sua linha e os trabalhadores não devem obedecer a nenhum partido nem sindicato, pois para qualquer problema que tenha a resolver não deve obedecer a leis e tem que passar por cima do tudo.

Em relação à AGT em parte concordo com os ataques ao CTS, noutra aspecto não concordo. Antes do 25 de Abril, as pessoas viviam sobre uma grande opressão, presentemente essa opressão ainda se reflecte bastante nos trabalhadores, e que enfim ainda sentem aquele receio de dizer — Isto está mal; ora quase todas as pessoas tal como eu eram militantes do Partido Comunista Português, se não fôssemos nós a atacar o CTS, estou convencido que muitos trabalhadores sentiriam receio de fazer um ataque ao CTS, porque em certos aspectos o CTS não andou bem, embora andasse bem noutros aspectos e nós reconhecemos isso.

CTS — Mas acha que aquilo foi uma crítica ao trabalho do CTS? Ou foi antes uma crítica a alguns elementos do CTS?

— M. B. — Em parte... quer dizer, por um lado foi atacar pessoas por outro lado foi atacar também o trabalho do CTS em virtude de nós termos bastante problemas e até agora poucos terem sido resolvidos.

Considero contudo que as pessoas não ficaram muito mais esclarecidas sobre o trabalho do CTS em virtude dos trabalhadores da Setenave estarem divididos onde devia era existir a unidade.

— CTS — O grupo que se opôs ao CTS afirma que a desunião entre os trabalhadores da empresa começou com o plenário que o CTS convocou na Caldeira Pesada. Acha que os plên-

rios devem ser só sobre problemas internos da empresa, ou também sobre problemas mais gerais de trabalhadores? Por exemplo, o desemprego é actualmente um dos maiores flagelos dos trabalhadores portugueses; embora esse problema não tenha atingido a Setenave, acha que não deva ser discutido pelos trabalhadores da Setenave?

M. B. — Directamente nós temos problemas para serem resolvidos e ainda não estão resolvidos, mas indirectamente estamos ligados aos problemas de todos os trabalhadores.

Eu concordaria mas que primeiro tratássemos dos problemas internos... e mesmo até que não estejam resolvidos que apoiássemos os outros camaradas, como agora na enorme crise de desemprego, mas os nossos problemas têm que ser resolvidos com prioridade...

Sobre o trabalho do CTS acho que o CTS não tem acompanhado de perto as actividades dos trabalhadores.

Acontece que muitos operários desconheciam os elementos das comissões de base e era difícil apresentar problemas, mas fico convencido de que futuramente o CTS e as CB vão ficar mais ligadas aos outros trabalhadores todos. Porque 15 elementos do CTS é muito pouco para poder resolver tantos problemas. Acho também que as decisões devem ser discutidas primeiro pelos trabalhadores com as Comissões de Base e depois com o CTS para se apresentarem à Administração.

— Chamo-me Afonso do Carmo e trabalho nas Reparções:

Na minha opinião aquela AGT foi só de ataques partidários, aliás sabia exactamente que isso se ia dar. Mas acho que o CTS fez bem em convocá-la até mesmo que fosse 15 dias antes em face do que se estava a passar...

E que os ataques foram mais pessoais do que ao trabalho do CTS, na minha opinião e sei que na maioria dos trabalhadores, não poderá haver lutas partidárias no estaleiro, os partidos devem ficar lá fora, e as críticas ao CTS poderão ser aproveitadas mas desde que sejam críticas construtivas, caso contrário... Até porque partindo do princípio como já se tem dito de que «a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores» os partidos devem ficar lá fora. Eu sou militante dum partido político e a minha voz cá dentro não se abre para falar nisso.

Em relação ao trabalho do CTS compreendo que devido a limitações de vários ordens o trabalho não pode ainda ter sido muito por aí além e há que dar tempo, há muitos problemas que não podem ser resolvidos de um dia para o outro, até como disse um camarada nessa AGT «se o 25 de Abril não tirou o dinheiro aos capitalistas como pode o CTS tirar o dinheiro à Administração?»

Acho contudo que o trabalho do CTS deve estar mais em contacto com os trabalhadores, ouvir opiniões, tentar fazer qualquer coisa enfim, mas partindo mais da base, mais dos próprios trabalhadores. Portanto quando surja qual-

quer problema devem ser os trabalhadores atingidos e em conjunto com as Comissões de Base e o CTS a decidir das acções a tomar para que o CTS vá junto da Administração reivindicar e não ter que ser o CTS só a resolver.

Ainda esta manhã tive conhecimento de que as Comissões de Base vão ser alargadas, concordo plenamente com isso pois o trabalho deve vir mais da base, embora até agora não tenha tido dificuldade em contactar com as C. B. pois conheço-os todos.

SUBALUGA

CONT. DA PAGINA 2

meçasse a trabalhar pagaria o resto. A subaluga aceitou-lhe esses 350 escudos e apresentou uma acção no tribunal contra ele. Passados dias vieram dos tribunais para pôr o homem na rua. Entretanto formavam-se grupos de piquetes entre populares e estudantes que fizeram frente às autoridades. E as autoridades acabaram por, em último recurso, recorrer ao Governo Civil, ao Comando da PSP e estes vendo realmente a resistência do povo e vendo a maneira miserável como estavam a viver naquele prédio, à última da hora suspenderam essa acção de despejo. O homem lá continua!

O governador civil do Porto disse-me a mim e na presença desse tal sr. das Belas-Artes, que não poderia fazer nada judicialmente. Não poderia interferir nas leis judiciais. A única coisa que poderia fazer era nomear um advogado oficioso para defender a nossa causa, mas que nós perdíamos a causa. Ora eu não sei qual é o pensamento em que o sr. governador civil se baseia para saber que com um advogado oficioso se perde uma causa. Então as leis em Portugal são assim? Com advogados oficiosos, como não há dinheiro, perde-se as causas? Não se faz justiça? Eu achei ridícula essa resposta. Eu achei ridículo e disse-lhe a ele que em último caso recorríamos à força. Fariamos frente a qualquer autoridade que aqui entrasse dentro. Seria uma catástrofe. Ele disse que talvez depois em último caso tivesse que intervir.

COMB. — Disseram-me que havia aqui 3 ou 4 pessoas que são reformadas. Disseram-me também que havia 3 ordens de despejo. Eu pergunto: as acções de despejo foram contra essas pessoas reformadas, ou não?

INQ. — A primeira foi contra um sr. que tem 8 filhos. A segunda foi contra um reformado e a terceira também.

QUERIA ASSINAR O COMBATE
1 ano (52 números) — 120\$00; 6 meses (26 números) — 60\$00; apoio (anual) — 200\$00

QUERIA VENDER O COMBATE
Junto envio \$.....

COMBATE
AVENIDA SANTOS DUMONT, 48, R/C.-D.
LISBOA - 4

Nome

Morada

Profissão

(ENVIAMOS OS NUMEROS ANTERIORES A QUEM OS SOLICITAR)

ACROBACIAS De um "revolucionário"

RESUMO:

Perante a insistência para o saneamento imediato destes técnicos da Carris, o dr. Lindim Ramos declarou: «Estamos a viver num regime e não noutra. Estamos em regime capitalista e não em regime socialista. As empresas têm donos. Não podem ser os trabalhadores a decidir quem pode, ou não, trabalhar

nas empresas. Antes de fazerem isso os senhores têm de fazer outra coisa — uma revolução, tirando aos donos a oportunidade de mandar. Temos de fazer o que é correcto, de acordo com as provas existentes». Acrescentou que os inquiridos iam prosseguir.

A reunião atingiu novo ponto quente quando o dr. Lindim Ramos anunciou que as pessoas visadas estão suspensas e não despedidas, pelo que não comparecendo, embora, ao serviço, continuam a receber os seus ordenados. «Ao tomar conhecimento deste facto, graças parte da assistência, em sinal de protesto abandonou a sala.

Quinta-feira, 5 de Dezembro de 1974

revelado...
baldadores da...
decorreu nas oficinas da...
das Amoreiras.
Cerca de trezentos trabalhadores discutiram problemas relacionados com o saneamento. A sessão foi orientada pelo dr. Gilberto Lindim Ramos, chefe do Serviço de Pessoal da Carris

TODAS ESTAS COISAS VÊM JÁ MUITO DE TRÁS



HAVIA OPERÁRIOS EXPLORADOS; E HAVIA TECNOCRATAS QUE QUERIAM ACABAR COM OS PROPRIETÁRIOS PRIVADOS PARA SEREM ELES OS NOVOS CAPITALISTAS — CAPITALISTAS DE ESTADO.

MAS PASSAVAM TODOS PELA MESMA RUA

E, COMO ERA DE NOITE, A MAIOR PARTE DESTES GATOS ERA PARDA...

... E AGENTE CONFUNDIA-OS.



ENTRE OS QUE DIZIAM ABSURDIDADES: "EU SOU REVOLUCIONÁRIO" MAS QUE SONHAVAM COM O PALÁCIO DO GOVERNO, ESTAVA O DR. LINDIM RAMOS, UM DOS DIRIGENTES DO PCP.
ELE COMBATIA OS ANTIGOS EXPLORADORES PORQUE QUERIA SER UM DOS NOVOS EXPLORADORES.

VIERAM OS MILITARES E FIZERAM O GOLPE DE ESTADO, PEDINDO AOS TRABALHADORES PARA PILAREM EM CASA QUITE TÍNHOS A VEREM PELA TELEVISÃO.



ERA ASSIM:



E DIZIA:



Fim?
ESTE É O FIM DA HISTÓRIA SEGUNDO O "DIÁRIO DE LISBOA".
MAS AS COISAS NÃO FICAM POR AQUI.
TUDO ISTO TEM UMA CONTINUAÇÃO...



AGORA SIM É O **FIM**